

COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL MINERAL – CPNM

Ata da 6ª Reunião Ordinária

Data: 18 de março de 2002

Local: Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais - Belo Horizonte

Presentes: Dr. Juarez Correia Barros Júnior (Diretor do DSST/MTE), Mário Parreiras de Faria (Coordenador da CPNM, MTE / DSST), Almir Augusto Chaves (CONOR / DSST / MTE), Ivone Corgosinho Baumecker (COFIP / DSST / MTE), Luiz Carlos Emauely Osório (DRT-SC / MTE), Cláudio Scliar (CNTSM / Força Sindical), José Carlos do Vale (CNTSM / CUT), Marta de Freitas (CNTSM / Força Sindical), Fernando Vilar Lignani (CNI), Hermano Gomes Machado (CNIF / IBRAM), Roberto Dias Lima (CNIF / IBRAM), Vitor Nunes Feitosa (CNT).

A reunião contou com a presença do Dr. Juarez Correia Barros Junior, Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho/SIT/MTE. Dando início à reunião o Coordenador da CPNM, Mário Parreiras, fez a leitura da ata da 5ª Reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos presentes. Vitor Feitosa, representante da CNT informou que não compareceu à última reunião pois, ao chegar na DRT/MG, encontrou a portaria fechada em virtude da greve dos servidores. Em seguida o Coordenador da CPNM pôs em discussão a programação do Seminário Nacional sobre Gestão em Segurança e Saúde na Mineração a se realizar nos dias 17, 18 e 19 de junho em Belo Horizonte, que foi aprovada com a designação de palestrantes sendo sugerido por Cláudio Scliar que fosse aberto um espaço na programação para que fossem abordadas questões relativas ao meio ambiente e sua ligação com a segurança e saúde no trabalho na mineração. O Coordenador solicitou apoio das representações da CPNM com presença, subsídio de matérias e divulgação junto ao Setor. Em seguida Mário Parreiras falou sobre a elaboração do Manual de Mineração, explicitou o projeto ilustrando o formato do manual e propôs o seu lançamento no Seminário. Hermano Machado e Vitor alertaram sobre o risco de interpretações equivocadas na fiscalização na fiscalização da Norma sendo que Mário Parreiras firmou que o Manual é direcionado a todos, auditores fiscais, empresários e trabalhadores, ressaltando a importância de proporcionar um conhecimento maior aos auditores na ação fiscal e aproveitou a oportunidade para solicitar contribuições nas ilustrações (fotos) do Manual.

Em seguida Vitor Feitosa informou que a SAMARCO tem interesse em organizar um Serviço Especializado em Segurança e Saúde coletivo para as suas 21 empresas contratadas nos moldes do que foi feito na Companhia Vale do Rio Doce em Itabira mas que a empresa estava encontrando algumas dificuldades do ponto de vista legal e poderia ser questionada pela fiscalização do Ministério do Trabalho. Marta de Freitas discordou dessa forma de SEST coletivo, pois afirmou que geralmente se encontra nesses casos, empresas desorganizadas com empregados em desvio de função e sem participação sindical. Afirmou que o sindicato tem que participar para que tal projeto tenha

validade. Citou como exemplo a empresa Indústrias Nucleares Brasileiras - INB, que possui 120 trabalhadores, sendo 62 funcionários terceirizados e 48 sem carteira de trabalho assinada e sem CIPA. Nesta altura Almir sugeriu que também houvesse uma fiscalização, dos membros da CPNM, em empresas que forem citadas como maus exemplos nas reuniões, como a Indústrias Nucleares Brasileiras - INB. Cláudio Scliar destacou que é preciso superar o legalismo na construção de alternativas para o SEST coletivo nas empresas contratadas. Roberto Lima propôs que fosse estabelecido um acordo entre CNI, IBRAM, MTE, Ministério Público e representantes dos trabalhadores para traçar parâmetros para contemplar as situações de SEST coletivo, inclusive nos casos em que empresas que participem do Serviço e que, individualmente estão obrigadas a contratar técnicos nos termos da NR-4 atual. O Diretor do DSST informou que as discussões estão em dois patamares: um acima das exigências da NR-4 em vigor e outro de mudanças da legislação, sendo que neste último aspecto o GTT da NR-4 já incorporou o conceito do SEST coletivo, sendo o que se encontra pendente é seu dimensionamento. Propôs ainda que as questões levantadas por Vitor Feitosa fossem encaminhadas ao Dr. Mário Bonciani, um dos representantes da bancada de governo no GTT da NR-4. Dando prosseguimento à pauta da reunião abriu-se a discussão sobre o funcionamento da Subcomissão Nacional Permanente do Setor de Mármore e Granito e as dificuldades encontradas no funcionamento daquela Subcomissão. Vitor Feitosa enfatizou que a Subcomissão é derivada da Comissão Permanente Nacional do Setor Mineral e deve observar as suas diretrizes. Roberto Lima disse que os atuais componentes da bancada dos empregadores na SPNMG não passaram pela avaliação da bancada dos empregadores na CPNM e propôs que a bancada dos empregadores naquela Subcomissão fosse refeita observando-se a indicação da representação dos empregadores na Comissão Nacional. Vitor Feitosa propôs que na próxima reunião da SPNMG a sua composição seja adequada segundo as diretrizes da CPNM, inclusive quanto aos seus objetivos. Ivone Baumecker ressaltou que sejam estudados itens de foco imediato no Setor como acidentes que costumeiramente acontecem, tais como queda de placas, explosivos e quebras de cabos e que se poderia estudar uma Notificação Coletiva ou Nota Técnica, como, por exemplo, sobre a movimentação de Placas focando, entre outros aspectos a utilização pelas pedreiras de mármore e granito de cabos sucateados pelo empresas do Porto. Tais itens poderiam, posteriormente, ser incluídos na NR-22. Expôs também a idéia de uma negociação com SESI Nacional, que pode colaborar com cursos de qualificação o que, inclusive, já consta no Termo de Cooperação Técnica já firmado com o DSST. Propôs também que a SPNMG faça um mapeamento das Entidades e empresas que possam ajudar na melhoria das condições de trabalho no setor do mármore e granito, envolvendo, inclusive, os concessionários das áreas de forma a estabelecer medidas de curto, médio e longo prazo, sendo aquelas atividades que apresentam repetição dos acidentes devem ser atacadas de curto prazo. Sob este aspecto José Carlos e Ivone levantaram a idéia de fazer parcerias com Universidades, no sentido de utilizar monografias e estudos na área. Roberto Lima lembrou a dificuldade que a Comissão tem de entrar nas pequenas empresas e que já existem formas de financiamento para melhorias no setor de mármore e granito. Fernando Lignani propôs também a reestruturação da SPNMG com o estabelecimento de um programa de trabalho nos moldes do

proposto por Ivone. Dr. Juarez externou sua preocupação com o funcionamento da SPNMG que sempre deságua na discussão de situações específicas do estado do Espírito Santo, sem levar em conta a situação nacional do setor. Solicitou ainda a colaboração de todos para o Seminário Nacional sobre Gestão em Segurança e Saúde no Setor Mineral visto que se pretende transformá-lo num momento de grande mobilização nacional para construção de avanços concretos no setor. Informou ainda que o DSST já formou um Grupo Especial de Apoio de Fiscalização no Setor Mineral, visto que a fiscalização do setor mineral é uma das prioridades do Ministério do Trabalho no ano de 2002. Hermano Machado externou a preocupação com a integração da NR-22 com as Normas Regulamentares da Mineração, publicadas e fiscalizadas pelo DNPM, sendo que Vitor Feitosa levantou a questão sobre as diferenças entre o texto consensado da NR-22 e o que foi publicado com a exclusão da citação da ACGIH e da ABNT. Dr. Juarez relatou que o DNPM é parceiro importante, mas se referiu à independência da NR-22, afirmando que uma ou outra questão pode ser igual, mas que os seguimentos são diferentes e que o DSST já está em fase final de entendimentos para assinatura de Termo de Cooperação com o DNPM de forma que haja uma integração entre os órgãos. Dr. Juarez informou que quanto à citação da ACGIH na NR-22, o DSST está examinando a sua legalidade e quanto à citação das normas da ABNT, não vê problemas uma vez que se poderá disponibiliza-las nas DRT, superando os possíveis questionamentos legais de sua citação na NR-22. Informou ainda que já foi encaminhada ao gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego a proposta de ratificação da Convenção 176 da OIT. Hermano Machado informou que o IBRAM já autorizou a criação na sua página na Internet de um site sobre segurança e saúde no trabalho de forma a divulgar a NR-22 e dirigir as dúvidas na sua aplicação para o site do Ministério do Trabalho e, quando for o caso, discuti-las na CPNM. Propôs ainda que a NR-22 fosse explicada em capítulos, por grandes blocos, como por exemplo, explicação sobre o PGR. Dr. Juarez achou excelente a notícia sobre o site do IBRAM, parabenizou a iniciativa e solicitou também sugestões e críticas em torno do material do site do MTE. Luiz Osório informou sobre o andamento dos trabalhos da Subcomissão Regional do Setor Mineral em Santa Catarina que propôs a realização de 2 eventos, sendo um sobre a elaboração do PGR, programada para o período de 22 a 26 de abril próximo e outro sobre a constituição da CIPAMIN, nos dias 13 a 17 de maio próximo. Informou também que foram constituídos 3 grupos de trabalho no âmbito da CRSM/SC. O primeiro grupo está discutindo a implementação da NR-22, o segundo sobre a segurança e proteção de sistemas elétricos e aterramento e o terceiro grupo sobre a elaboração do PGR em minas de carvão. Finalmente Decidiu-se que na reunião da SPNMG que acontecerá no dia 22/03/2002 terá a participação de um representante da bancada dos empregadores na CPNM que e serão definidos os representantes patronais, e discutida também a inclusão de membros de outros Estados que não MG e ES, procurando agilizar e facilitar o funcionamento daquela Subcomissão, dando um caráter nacional às decisões ali tomadas e submetendo-as à CPNM a qual está subordinada. Não tendo mais nada a ser tratado ficou acertado que a próxima reunião da CPNM ocorrerá em Belo Horizonte no dia 17 de junho, visto que naquele dia será feita a abertura do Seminário Nacional sobre gestão de segurança e saúde no

trabalho na Mineração, tendo o Coordenador da CPNM lavrado a presente Ata.
Belo Horizonte, 21 de março de 2002.

Representação do Governo:

Representação dos empregadores

Representação dos Trabalhadores